



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA PLENA**

**Diversidade cultural na educação: Percepções dos professores sobre o
aspecto da fala nos processos educacionais nas escolas de Canta Galo -
Acarape - CE**

RODOLPHO ALENCAR DA SILVA PEIXOTO TOLEDO

ACARAPE-CE

2023

RODOLPHO ALENCAR DA SILVA PEIXOTO TOLEDO

Diversidade cultural na educação: Percepções dos professores sobre o aspecto da fala nos processos educacionais nas escolas de Canta Galo - Acarape - CE

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira.

Orientadora: Dra. Fabíola Barroca Tavares

ACARAPE-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Toledo, Rodolpho Alencar da Silva Peixoto.

T649d

Diversidade cultural na educação: Percepções dos professores sobre o aspecto da fala nos processos educacionais nas escolas de Canta Galo - Acarape - CE / Rodolpho Alencar da Silva Peixoto Toledo. - Redenção, 2023.
47f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Barrocas Tavares.

1. Cultura. 2. Diversidade. 3. Educação. 4. Linguística. 5. Socialização. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 306

RODOLPHO ALENCAR DA SILVA PEIXOTO TOLEDO

Diversidade cultural na educação: Percepções dos professores sobre o aspecto da
fala nos processos educacionais nas escolas de Canta Galo - Acarape - CE

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade da Integração Internacional Da
Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito.
Para a obtenção do título de Pedagogo.

Aprovada em: 27/11/2023

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Fabíola Barroca Tavares (Orientadora)

Professora Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

Professora Dra. Ana Paula dos Santos

RESUMO

O respeito à diversidade cultural no ensino pode ajudar na diminuição de preconceitos sociais, pois tratar desta temática em sala de aula, sendo o colégio um ambiente que traz a interação fora do ambiente familiar, ajuda o aluno a entender as diferenças e as respeitar, entre elas como as diferenças religiosas, as de costumes e tradições e as questões relacionadas a língua, como as distintas formas de falar. Os distintos modos de expressão oral da pessoa, se constitui como elemento muito importante de identidade cultural. Assim o falar traz além dos modos individuais de se comunicar pela língua, mas também a forma como a língua se apresenta para um determinado grupo de pessoa, em suas entonações e sentido, caracterizando diferenças nos modos de valorização do linguajar e significados das expressões. Os métodos de alfabetização são em sua maioria fonéticos, valorizando muitos sons, pronunciados de forma diferente do modo como os alunos ouvem em seu cotidiano. Neste trabalho utilizamos uma abordagem qualitativa, foram utilizados dois métodos de pesquisa: uma entrevista com as professoras e a observação de dois estágios em escolas do distrito de Canta Galo, buscando compreender as percepções e concepções das professoras de forma mais aprofundada. A entrevista permitiu a coleta de dados sobre como as professoras entendem a importância da diversidade cultural e linguística. Os estágios permitiram observar o contexto real das escolas de Canta Galo, identificando as práticas educacionais adotadas para promover a valorização da diversidade. Foram observados aspectos como a promoção da interculturalidade, o respeito às diferenças e o incentivo à valorização das línguas e culturas presentes na comunidade escolar, buscamos compreender como 10 professores(as) da educação infantil e fundamental I das duas escolas e com base nos resultados obtidos, foi possível identificar que as professoras não reconhecem a importância da diversidade cultural e linguística nas escolas de Canta Galo. Essas escolas não valorizam a inclusão e não buscam estratégias para lidar de forma adequada com a variação linguística e cultural, para criar ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos para todos os alunos. Constatamos na análise das respostas pouca preocupação com essa questão por parte do corpo docente. Utilizamos como aporte teórico, Freire (1978, 1987), Bagno (1999,2008) e Bordieu (1979,1996).

Palavras-chaves: Cultura; Diversidade; Educação; Linguística; Socialização.

ABSTRACT

Respect for cultural diversity in teaching can help reduce social prejudices, as addressing this issue in the classroom, with the school being an environment that brings interaction outside the family environment, helps the student to understand differences and respect them, among other things. They include religious differences, customs and traditions and issues related to language, such as different ways of speaking. The person's different ways of oral expression constitute a very important element of cultural identity. Thus, speaking brings beyond individual ways of communicating through language, but also the way the language presents itself to a certain group of people, in its intonations and meaning, characterizing differences in the ways in which language is valued and the meanings of expressions. Literacy methods are mostly phonetic, valuing many sounds, pronounced differently from the way students hear them in their daily lives. In this work we used a qualitative approach, two research methods were used: an interview with the teachers and the observation of two internships in schools in the Canta Galo district, seeking to understand the teachers' perceptions and conceptions in more depth. The interview allowed the collection of data on how teachers understand the importance of cultural and linguistic diversity. The internships allowed us to observe the real context of schools in Canta Galo, identifying the educational practices adopted to promote the appreciation of diversity. Aspects such as the promotion of interculturality, respect for differences and encouragement of the appreciation of languages and cultures present in the school community were observed. We sought to understand how 10 teachers of early childhood and elementary education from the two schools and based on the results obtained, it was possible to identify that teachers do not recognize the importance of cultural and linguistic diversity in schools in Canta Galo. These schools do not value inclusion and do not seek strategies to adequately deal with linguistic and cultural variation, to create more welcoming and inclusive educational environments for all students. In the analysis of the responses, we found little concern with this issue on the part of the teaching staff. We use Freire (1978, 1987), Bagno (1999, 2008) and Bordieu (1979, 1996) as theoretical support.

Keywords: Culture; Diversity; Education; Linguistics; Socialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CULTURA, LÍNGUA E ESCOLARIZAÇÃO	10
1.1- Elementos da Cultura	11
1.2- Identidades	13
1.3- Educação, cultura e diversidades linguísticas	16
2. A FALA, A LINGUAGEM COMO ELEMENTOS CULTURAIS	26
2.1- Linguagem.....	27
2.2- As Variantes Linguísticas.....	28
3. AS CONCEPÇÕES DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A CULTURA E VARIAÇÃO DA FALA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	31
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA.....	45

INTRODUÇÃO

O termo cultura vem do latim “cultus”, sendo a ação de cultivar as faculdades intelectuais e o espírito do homem. No iluminismo foi associado à civilização e ao progresso, já na atualidade o termo cultura, pode-se conceituar, como um tecido que cobre diversas formas e expressões de uma sociedade, expondo os hábitos de seus integrantes como os de viver, de se vestir, de comer, de falar, seus rituais, entre outros aspectos.

Com respeito a cultura encontramos diversos estudiosos que definem o termo de forma analítica, classificando-a em vários elementos, como histórica (herdada socialmente), mental (ideais e hábitos), estrutural (símbolos pautados e inter-relacionados), primitiva (com pouco desenvolvimento), civilizada (que se atualiza), etc. Podemos ver a cultura também pela visão capitalista, onde o mercado oferece bens e produtos culturais que se inovam, conforme as leis de oferta e procura, tornando-se mais uma mercadoria.

A cultura se constitui como conceito relativo, tanto para as questões coletivas, quanto individuais. No âmbito coletivo revela-se nos padrões de conduta das pessoas em suas sociedades. Nações, povos, tribos, adotam modelos de agir e pensar, passando a caracterizar a forma de estar no mundo de um grupo de pessoas. Já no campo individual temos por cultura, o traço comportamental e valorativo que define a identidade de uma pessoa, vinculado às referências trazidas pelo grupo, comunidade, sociedade, tribo, da qual ela faz parte. Assim ao manifestar em sua conduta o modo de pensar, agir e sentir de um grupo, o indivíduo está se identificando e perpetuando a cultura a qual pertence, ou a que se associou.

O conceito de cultura e sua discussão no Brasil é tema de infinita controvérsia que nunca chegará a uma concordância única, devido a grande diversidade de cultura em um país multicultural. Essa dificuldade é o ponto de análise desse trabalho, onde podemos observar e discutir a partir das práticas educativas a postura da escola, quanto a essa diferença e o que é feito para que a multiculturalidade seja compreendida de modo natural pelos alunos, e nesse ponto decidimos pesquisar e procurar compreender como os meios de reprodução dentro da sala de aula ainda se mantem, percebemos métodos de exclusão linguística e cultural que em nossa época (mais de 30 anos) de aluno do ensino infantil e fundamental I, continuam sendo reproduzidas mesmo em outras regiões, mas com as mesmas características, que é

o professor(a) não valorizar as diversidades culturais e linguísticas dos alunos, onde por experiência de vida já estudei em colégios em diversas regiões de São Paulo e consigo observar as mesmas reproduções nas escolas do distrito de Canta Galo em Acarape CE.

Compreendemos que a partir de diálogos podemos entender e construir as ideias e sentimentos de igualdade, e também superar sentimentos de desigualdade e inferioridade, mas lembrando de que as diferenças não significa inferioridade, mas sim a presença de distinções no mesmo espaço social de convivência.

No meio social, existem direitos e deveres e a escola sendo um espaço defendido por ser socializador, deve absorver e incorporar as diversas culturas, para proporcionar um ambiente sociável, onde todos que nele participam, possam expressar, e revelar suas ideias, sem o receio de ser discriminado ou tachado como antiético ou inferior a partir da cultura a que pertence. Mas existem muitos educadores com opiniões diferentes, que relutam em situar as questões culturais nos conteúdos de aula, gerando diversos questionamentos que devem ser analisados e levados em consideração, entre eles: De que forma, os professores(as) das escolas do Canta Galo percebem a diversidade cultural na escola? De que maneira as escolas do Canta Galo lidam com a diversidade linguística? Quais as possibilidades pedagógicas podem ser abordadas na escola sobre a diversidade cultural e linguística?

O objetivo geral que segue este estudo é de analisar a concepção das professoras de Canta Galo sobre a diversidade cultural na escola. Partimos do pensamento de que não há indivíduo que não tenha cultura, e com isso poderemos observar as dificuldades dos professores ao lidar com a diferença cultural no ambiente educativo, em que o aluno está inserido e quais métodos utilizados, ou não, pelo docente para a construção e valorização das culturas inseridas dentro do espaço escolar, especialmente nas turmas do Fundamental I. Na situação do convívio escolar pode ser gerado pensamentos de preconceito, até mesmo antes do professor conseguir criar o entendimento na turma, pelo fortalecimento do respeito as diferenças.

No processo de adaptação do aluno ao espaço escolar é provável ocorrer intolerância, o preconceito ou constrangimento pois ele ao se inserir em um ambiente escolar de cultura diferente da de sua família e comunidade, pode estranhar, assim como o grupo que o recebe, se esse não tiver o conhecimento referente a essa diversidade cultural. Nesse sentido específico, procuramos compreender como a

escola lida com a diversidade linguística dos estudantes e apontar as possibilidades pedagógicas são adotadas pelos docentes para promover o entendimento das diferentes culturas que existem na sala de aula, focando no processo de alfabetização na questão das distintas formas de falar o português, são nossos objetivos.

Esse trabalho é composto por três partes:

Primeiramente situamos aspectos conceituais acerca da cultura no espaço da educação das crianças, usando uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e campo nos estágios.

Destacamos, em seguida, elementos da oralidade apontando as variantes linguísticas e o modo como são tratadas no âmbito da educação.

Depois, partimos para entender que conceito de cultura possuem os educadores dentro das escolas Antônio Correia de Castro e Anacleto Carlos Cavalcante do distrito de Canta Galo em Acarape CE, utilizamos um questionário com 08 perguntas, sendo todas referente a cultura, linguagem e métodos didáticos para se trabalhar esses aspectos em sala de aula e valorização cultural, selecionamos 3 professoras das 10 entrevistadas, sendo 02 professoras que foram acompanhadas no estágio das séries iniciais e 01 da educação infantil, e foi percebido que as respostas eram idênticas no questionário que analisamos para apontar a visão dos professores e a quais métodos, usados para dialogar e repassar aos alunos, o conceito de diversidade cultural, voltado a conduzir o sentimento de respeito e valorização cultural situado no aspecto da fala, como meta do aprendizado no meio escolar.

É papel da escola, como produtora de conhecimento e conscientização, ajudar a criar o respeito e o entendimento das diferenças que nos cercam, especialmente entre os alunos, algo que se amplia para as relações sociais. A fala é um importante marcador de identidade, pois por meio dela expressamos nossa cultura, origem e pertencimento a determinado grupo social. No entanto, a fala também pode ser utilizada como um elemento colonizador, pois a imposição de uma língua dominante pode levar à perda de valorização de outras línguas e culturas. Os relatos dos docentes das escolas e sua interpretação, sobre a temática de cultura focando na linguagem, ofereceram elementos para nossa análise conclusiva acerca da valorização dada à questão cultural, e a fala pode ser utilizada não apenas como um marcador de identidade, mas também como uma ferramenta para fortalecimento da diversidade cultural e linguística, promovendo inclusão e valorizando todas as formas de expressão no aspecto da linguagem no espaço escolar.

1. CULTURA, LÍNGUA E ESCOLARIZAÇÃO

A cultura pode ser definida como um conjunto de crenças, valores, costumes, tradições, aspectos sociais e comportamentais, compartilhados por uma determinada sociedade ou grupo social. Nela se engloba todas as formas de expressão humana, incluindo a linguagem e os sotaques, (Williams, 2011). A linguagem está intimamente ligada aos sotaques, que são variações na pronúncia, ritmo, entonação e ênfases de uma língua falada. Os sotaques são moldados pelos contextos socioculturais e regionais, nos quais as pessoas crescem e se desenvolvem, (Williams, 1969).

A diversidade cultural é um aspecto enriquecedor da sociedade, mas pode criar barreiras na educação. As diferenças culturais trazem consigo uma variedade de percepções, modos de pensar e agir, bem como línguas e sotaques, o que pode dificultar a alfabetização. Por exemplo, se uma criança fala uma língua materna que não utiliza os mesmos símbolos escritos ou tem sons fonéticos diferentes, ela pode ter dificuldades em associar os sons às letras da língua de ensino.

Isso destaca a importância de uma abordagem culturalmente sensível na educação especialmente na etapa voltada ao ensino da leitura e escrita inicial. Os profissionais da área devem estar atentos às diferenças e necessidades específicas dos alunos, bem como adaptar as estratégias de ensino para atender a diversidade de origens culturais e linguísticas.

A alfabetização é um processo fundamental no desenvolvimento educacional de uma pessoa e é um componente essencial da cultura de uma sociedade. No entanto, muitas vezes enfrentamos desafios quando se trata de ensinar crianças que vêm de diferentes origens culturais e de linguagens.

Trata-se, pois, [a linguagem] essencialmente de um fato cultural; é um produto do homem na base de suas faculdades humanas, tanto como outros produtos materiais ou mentais. Assim, Taylor colocava a linguagem entre os objetos culturais, para o fim de pesquisa antropológica, ao lado da indústria, da organização social, da religião, etc. (Mattoso Câmara 1972: 267)

Como destaca o autor Mattoso (1972) a importância da linguagem como elemento da cultura é primordial. Além disso, a cultura desempenha um papel fundamental na aprendizagem. As línguas, crenças, valores e tradições são aspectos culturais que moldam a forma como percebemos e nos envolvemos com o mundo ao nosso redor, incluindo a educação. Portanto, é essencial levar em consideração a diversidade cultural ao projetar o currículo e as atividades de alfabetização. Nesse

contexto de aprendizagem inicial da escrita e da leitura é preciso fornecer um ambiente inclusivo das distintas formas de se falar, onde todas as culturas sejam valorizadas e respeitadas. A alfabetização em um contexto de diversidade cultural, linguística e fonética requer uma abordagem sensível às diferenças culturais, valorizando as diversas línguas e tradições presentes na sala de aula, (Ferreiro e Teberosky, 1999).

A língua dominante nas escolas públicas é, geralmente, o português, que é a língua oficial do país. Isso significa que o domínio dessa língua é muitas vezes considerado como medida de alguém que "fala bem" e, conseqüentemente, de quem recebe maior reconhecimento e poder social. No entanto, é importante considerar que, no Brasil, há uma diversidade de línguas e dialetos presentes em diferentes regiões e comunidades, como o guarani, o crioulo, o iorubá, entre outros. Essas línguas são importantes patrimônios culturais e devem ser valorizadas nas escolas públicas.

A cultura desempenha um papel importante na forma como aprendemos e nos engajamos com o conhecimento, portanto, é essencial levar em consideração esses aspectos ao projetar estratégias de ensino e materiais de leitura. A educação deve fornecer um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todas as culturas sejam reconhecidas e celebradas.

1.1- Elementos da Cultura

O espaço escolar tem como objetivo intensificar conhecimentos curriculares e conduzir a saberes teóricos para novos caminhos, que se mostram quando a criança emerge como protagonista e ganha a cena com sua voz. Com isso surge também a necessidade de um tempo e de um lugar para se viver a infância de forma, múltipla, diversa, capaz de observar, de imitar e reproduzir, mas também capaz de inovar, criar e inventar novas brincadeiras, novos significados e isso se dá também no convívio com novas culturas.

A cultura também apresenta valores dominantes. Tal como aponta Bordieu (1979), que diz:

A cultura é um sistema de significações hierarquizadas e como tal um campo de lutas entre grupos, com o objetivo de manter determinados privilégios distintos. Observa ainda que, existindo um campo cultural, coexistem diversas culturas e práticas culturais organizadas – como culturas dominantes, subculturas ou ainda contraculturas – assistindo-se à

legitimação, através da especialização crescente dos agentes culturais, das formas simbólicas presente na cultura dominante. (BORDIEU, 1979, p. 27)

Como aponta a visão de Bordieu (1979) podemos observar a imposição da classe dominante em legitimar sua própria cultura feita através de diversos meios e aparelhos.

A cultura vem sendo analisada atualmente como consumista, a escola também possibilita a imersão nesse modelo, sendo um aparelho ideológico ao difundir apenas os saberes e valores das camadas dominantes que estão imersos na lógica do sistema capitalista (Althusser, 1985). Porém, atualmente, o sistema educativo, não é o único meio de formação cultural que temos, pois os meios de comunicação de massa tornam-se um dos principais instrumentos de difusão e legitimação de cultura da classe dominante, que também é identificada como a da elite (Bagno, 1999). Temos agora, também, os dispositivos eletrônicos como o celular que difundem, individualmente, as concepções culturais da elite.

Essa situação vem induzindo à inferiorização da cultura popular, ao supervalorizar objetos e saberes da classe dominante, dando-os mais importância social, ou seja, fica clara a impossibilidade de alguns indivíduos terem acesso a determinados bens culturais e materiais mais valorizados, pela lógica produzida na sociedade. Assim, se faz com que a cultura da classe dominante se mantenha dominante e superior ao longo dos tempos, inferiorizando a cultura popular que, cada vez mais, tende a desaparecer, ficando apenas registros de algumas vozes na história, tornando-a folclórica, esse é mais um artifício que é usado quando necessário para ajudar a enfatizar a superioridade da cultura dominante.

Nos últimos anos as transformações se processam em uma velocidade nunca vista antes devido à facilidade dos meios de comunicação, pois cada vez mais cedo as pessoas tem acesso a eles, e com isso se apresentam identidades múltiplas, presentes no espaço social. Desse modo, abordar a diversidade cultural no espaço escolar é permitir que a existência de diferença entre os alunos não possa gerar uma prática de intolerância, discriminação, constrangimento ou qualquer outra forma de preconceito, fazendo com que não ignoremos a realidade existente, mesmo contra a vontade de um ou de outro indivíduo.

Se colocarmos em observação iremos perceber que somos marcados por muitas diferenças, entre elas a religião (evangélicos, espíritas, católicos, budistas, etc.), raça ou etnia (negros, brancos, pardos, mamelucos, indígena, etc.), pessoas

com deficiências (auditiva, visual, etc.), orientação sexual (heterossexual, bissexual, etc.), tipos físicos (alto, gordo, baixo, magro, etc.), e muitos outros pontos, seguindo o mesmo pensamento, e todas elas chegam às salas de aula.

Não podemos deixar de lado a visão de cultura como algo variável no tempo, pois a mesma sempre se transforma de acordo com a vivência e processo de comunicação e transmissão da existência, onde elementos como vestir, falar, se alimentar, entre outros, se alteram diante das necessidades que são construídas a cada geração. Sendo assim, as mudanças nos hábitos culturais podem produzir bem estar para algumas pessoas, e, imposição para outras, gerando desse modo um tipo de violência simbólica (Bourdieu, 1989).

1.2- Identidades

A linguagem desempenha um papel importante na transmissão e preservação da cultura. Se observa que cada cultura possui sua própria língua, que reflete não apenas as nuances gramaticais e vocabulário específico, mas também as formas de pensar, comunicar e se relacionar dos falantes dessa língua. Através da linguagem, as pessoas expressam suas identidades, perspectivas de mundo e valores culturais (Gomes 2010).

A cultura é muito importante no contexto educacional porque permite que os indivíduos desenvolvam um senso de identidade e pertencimento, ao se reconhecerem como parte de uma determinada cultura. Ela possibilita a troca de conhecimentos e vivências entre diferentes grupos culturais, promovendo a tolerância, o respeito e o diálogo intercultural. Compreender as dimensões de cultura presentes na educação das crianças, é muito importante para a formação global do ser humano. Alguns exemplos dessas dimensões são abordados pelos teóricos Appadurai (2008), Williams (2011), Hall (2005).

Temos então uma classificação abaixo feita a partir desses teóricos:

- Cultura Material: Essa dimensão se refere ao conjunto de bens materiais produzidos pelas pessoas em uma determinada sociedade. Esses bens podem ser objetos de arte, utensílios domésticos, roupas, entre outros. Para trabalhar a cultura material na educação, é possível realizar atividades que envolvam artefatos, como confeccionar bonecos de pano, utensílios feitos de argila, experimentar diferentes texturas e materiais, entre outros recursos pedagógicos.

- Cultura Simbólica: A cultura simbólica abrange as formas de expressão artística, simbólica e oral que são compartilhadas em uma determinada sociedade. Isso inclui a linguagem, o folclore, as lendas, as histórias, as canções populares, as brincadeiras tradicionais, entre outros elementos. Para trabalhar essa dimensão na educação é possível utilizar jogos, músicas, histórias que despertem o imaginário das crianças sobre suas próprias culturas ou a de outros povos.

- Culturas Populares: Essa dimensão é composta pelos saberes e práticas culturais que são transmitidos de geração a geração. De modo particular, ela é construída pela sabedoria acumulada no âmbito da vida cotidiana do povo. Na educação, é possível trabalhar a cultura popular através de processos de vivência e aprendizagem em comunidades locais e tradicionais, como em quilombos ou aldeias indígenas e em bairros da periferia dos centros urbanos, por exemplo. Além disso, é possível trazer para a escola elementos da cultura popular, como por exemplo, em trabalhos sobre folclore, as narrativas orais, as danças, as músicas, os remédios caseiros, e assim por diante.

Levar em consideração as dimensões de cultura na educação é muito importante para a formação integral e respeito mútuo das crianças em relação às outras culturas, percebemos esse pensamento na autora Gomes (2010).

Como toda a identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social (GOMES, 2010, p.2).

Oferecer experiências de aprendizagem que explorem essas distintas dimensões da cultura, permite uma formação integral da criança, que lhe permite ser mais criativa, social e afetivamente consciente, mais respeitosa com as diferenças culturais e, portanto, mais crítica e construtiva em passos futuros de convivências, seja qual for a inserção no mundo de trabalho.

Afirmamos que no Brasil, país em que, desde o século XVII, existe o convívio de indígenas, negros, brancos e europeus de diversas nacionalidades e etnias, há exemplos culturais de violência simbólica (BOURDIEU, 1979). Podemos trazer o processo de aculturação feito pelos europeus para com os habitantes do suposto “novo mundo”, ou seja, a violência imposta para mudança de hábitos, que para os europeus eram fora dos padrões que eles tinham. Com isso foi se gerando um preconceito ao modo de viver dos indígenas, mas em todo o processo de lutas e

dominação podemos observar incorporação de valores, pois tanto houve mudança por parte na cultura dos indígenas, como também alguns elementos culturais indígenas foram absorvidos na cultura dos descendentes de europeus, fazendo assim com que no Brasil, houvesse hibridismo cultural. Um importante teórico sobre o tema de cultura, Cardoso (2008), diz:

A globalização contribui para ampliar o alcance das misturas, porque promove a descentralização dos elementos culturais que, dessa forma, são apropriados por distintos povos e adaptados a diferentes culturas. Já se vai longe o tempo em que as hordas romanas impunham a religião e a língua aos povos conquistados, utilizando o poder das armas. Agora, a imposição tem dois fulcros. Por um lado, ocorre através de discursos ideologicamente orientados e sistematizados; por outro, deriva da sede de conhecer o que é estranho e experimentá-lo a fim de apropriar-se dele, mas sem abandonar o que é endógeno (CARDOSO, 2008, p.86).

A globalização trouxe para o mundo um novo olhar e uma nova forma diferente da colonização, que tem o poder de alterar os costumes vigentes, de modo rápido. Os principais meios de mostrar novos costumes e culturas ocorre através da televisão, do celular, e do computador, e por esses meios acaba-se colocando os novos costumes e culturas trazido, pelas mídias, para dentro dos costumes e culturas tradicionais, gerando assim novos costumes e criando novas culturas.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2001, p.36).

De acordo com Laraia (2001) a cultura impõe-se de certa forma, como agente modelador do indivíduo, adequando aos interesses do grupo a que ele pertence. É fundamental admitir o pressuposto antropológico, de que todas as culturas, por serem uma criação humana, são ao mesmo tempo, produtos e produtoras do ser humano, e que, as diversidades entre as inúmeras expressões culturais não passam de uma multiplicidade de experiências, as quais revelam algumas características da própria complexidade humana, que se efetiva na história. Nesse sentido não há porque se fazer distinção hierárquica entre culturas indígenas e culturas europeias, brasileiras ou chinesas, rural ou urbana, onde todas são sínteses contextualizadas e temporalizadas da própria condição humana no espaço em que se vive.

As instituições mais fortes na formação de identidade são a família, a religião e a escola, pois são elas as principais modeladoras do indivíduo para o convívio social. Relacionando essa questão com o pensamento anterior de Bordieu (1979), verificamos que o maior desafio da instituição de ensino é lidar com a

multiculturalidade dentro do seu espaço, mas isso também serve de grande enriquecimento cultural, pois o ambiente escolar promove a interação com diferentes indivíduos, favorecendo que se conheçam e aprendam com o convívio. Porém a escola como instituição é regida por regras e normas que pertencem à outra estrutura maior, que, em sua maioria, é regida pela cultura dominante, valorizando assim, em seu currículo, muito mais a cultura da classe privilegiada, deixando esquecida a cultura popular, causando às vezes, dificuldade maior em aprender, entre os alunos das classes menos privilegiadas socialmente.

Desse modo a escola situa-se como espaço de convívio de sujeitos de origens sociais e culturais diferenciadas, principalmente a escola pública, expondo a diversidade sociocultural brasileira. No contexto da educação infantil, trata-se do primeiro espaço de convívio com as diferenças. Esse deve ser um espaço de brincadeiras e da presença de diversas manifestações culturais.

1.3- Educação, cultura e diversidades linguísticas

No contexto da educação, a fala e a linguagem têm um papel crucial no processo de aprendizagem e na construção de identidades culturais. Quando um estudante se comunica em sua língua materna, ele tem mais facilidade em expressar suas ideias, pensamentos e sentimentos, promovendo a valorização de sua cultura e de sua identidade. Além disso, a fala e a linguagem também possibilitam a integração entre diferentes culturas, fomentando a troca de conhecimentos e a compreensão mútua (Bagno, 1999).

No entanto, é importante lembrar que nem todas as culturas têm a mesma valorização e reconhecimento social de suas línguas e dialetos, onde em muitos casos, a imposição de uma língua dominante, ou estrangeira, pode levar à marginalização, e o enfraquecimento da cultura de determinado grupo. Por isso, é essencial que a educação promova a valorização e o respeito às diferentes formas de fala e expressão cultural, garantindo a inclusão e a preservação da diversidade linguística (Bagno, 2008).

A instituição escolar é também um espaço disciplinador, tendo como uma de suas funções a preparação do indivíduo para o trabalho reproduzindo a sociedade de classe, onde geralmente filhos de operários estudam nas redes de ensino primário e

profissionalizantes, que formam filhos de trabalhadores para funções subalternas, e o outro sistema secundário e superior, para os filhos das classes médias e altas, que oferece formação para funções especializadas e de gerência, como afirma o pensamento de Bourdieu e Passeron (1982).

Diversos estudiosos como Paulo Freire (1977), Stuart HALL (2009), Marcos Bagno (1999), ressaltam a importância da mudança nessa perspectiva dos objetivos do sistema educativo já que com um olhar detalhista percebemos, que ainda nos tempos atuais, a instituição segue o mesmo modelo de seu primórdio, no qual ao professor cabe o papel disciplinador, ficando na frente da sala repassando os conteúdos, determinados por uma classe dominante, já os alunos são obrigados a absorver o que é dito como necessário para sua formação. Esse modelo, caracterizado por Paulo Freire (1977), conhecido por educação bancária, visa apenas depositar conhecimento nos alunos, sem lhes oferecer direito ao pensamento crítico.

Partindo do pensamento de Laraia (2001), de que a cultura se impõe como agente modelador do indivíduo, podemos observar que a cultura em certa medida, implica às vezes na homogeneidade e modelamento da conduta e de gostos das pessoas a que pertencem, lapidando a identidade de acordo com os interesses coletivos, que também podem estar atrelados com o dos detentores do poder. As instituições como família, escola e religião são as principais a exemplificar esse processo de modelamento, tendo como funcionalidade produzir pessoas aptas ao convívio social, ajustadas ao papel que lhes foram delegados a assumir dentro do grupo a que pertencem.

Um outro aspecto relevante acerca da questão cultural é destacado por Paulo Freire, que diz:

Em última análise, a superação das “debilidades da cultura”, que se constituem na prática social, requer a transformação desta, através das alterações que se vão dando nas relações sociais de produção. (FREIRE, 1978, p. 51).

Observando esse pensamento de Paulo Freire (1978), ele destaca que a cultura muitas vezes é entendida como algo frágil ou debilitado, especialmente nas sociedades oprimidas e colonizadas, criticando a visão eurocêntrica que impunha uma ideia de inferioridade cultural aos povos colonizados, ignorando suas experiências e saberes a um plano secundário. Em suas cartas, o autor busca resgatar a importância da cultura e da identidade dos povos oprimidos e colonizados, enfatizando que a

cultura desses povos é rica e valiosa, possuindo conhecimentos e experiências que precisam ser valorizados e reconhecidos.

No que diz respeito à recuperação via relações raciais de produção e superação do capital, o autor propõe uma rejeição ao modelo capitalista de desenvolvimento, que explora e aliena os trabalhadores, defendendo a construção de uma sociedade baseada em relações de produção mais igualitárias e justas, onde a cultura e os conhecimentos dos oprimidos sejam valorizados, podemos ver que a cultura implica em muito mais do que o modelamento das pessoas, chegando a estabelecer relação entre poder político e econômico, ao revelar o interesse de subjugar entre as classes sociais, cabendo às camadas populares papéis inferiorizados. Podemos captar esse raciocínio de forma mais explícita nos diálogos que o autor faz em sua passagem pela África, quando ele manteve proximidade e grandes diálogos, como o líder da revolução de Guiné Bissau, Amílcar Cabral. Ele então reforçou a importância da identidade cultural no processo de reconstrução educacional de uma nação. Denominando de “debilidade da cultura”, Paulo Freire aponta a necessidade de mudança cultural conduzida pelo sistema educativo, que agora por seu novo olhar passa a ser transformada em elemento revolucionário. Nesta visão não só em África, mas em todos os lugares que quiseram obter grande mudança em seu meio social, há que se apegar principalmente à mudança cultural, apoiado no processo educativo, como elemento propulsor dos objetivos de libertação.

Unificando os pensamentos de Paulo Freire (1978) e Laraia (2001), podemos levantar a necessidade de aceitação da cultura, como algo importante para as sociedades, e as pessoas, que ao se reconhecerem criam identidades próprias e passam a perceber as diferenças, não como algo impositivo. Podemos ver que na visão capitalista e industrial a cultura é utilizada para definir a diferença social, como meio de promover e exaltar a cultura dominante. Nessa perspectiva vai se apontando as outras culturas em um comparativo de inferioridade e dependência. A cultura da classe dominante é sempre melhor e as demais culturas são desqualificadas.

Não podemos deixar de lado a ideia de trabalhar a identidade no meio educacional, mesmo estando a escola submersa no modelo capitalista principalmente em um contexto em que predomina as pesquisas de descentramento do sujeito conforme destaca Hall (1992), onde se ouve e se busca entender os relatos de identidade. Essa condição foi possibilitada pela pós-modernidade, devido a uma espécie de crise de identidade, da sociedade atual que está em mudança estrutural.

Isso causa por exemplo a fragmentação de valores relativos a classe, raça, etnia, sexualidade, gênero, etc.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2003, pág.21)

De acordo com esse pensamento de Stuart HALL (2003), a sociedade contemporânea está em mudança estrutural, que implica diretamente nos contextos culturais de gênero, nacionalidade, classe, etnia e sexualidade, abalando diretamente as identidades pessoais e a noção de sujeito integrado. Isso faz com que as pessoas se sintam perdendo suas referências de lugar no mundo em seus elementos pessoais, sociais e culturais, criando uma “crise de identidade” estabelecendo conflitos.

Não podemos deixar de entender que todas essas mudanças nos moldes culturais causam uma crise de identidade entre os sujeitos, pois a maioria dos jovens apresenta crítica à uma identidade fixa. Assim cabe ao meio educacional proporcionar uma inserção de novas práticas pedagógicas a partir de leituras sobre os temas de identidade cultural, cultura popular, gênero, etc, para não engessar os alunos em um modo definido como certo ou errado, mas sim criar alunos com pensamentos críticos, que possam entender, compreender e respeitar, as diferenças fazendo assim suas próprias escolhas de identidades.

A cultura para as pessoas serve para estabelecer valor moral, uma língua, uma religião, simbologias, entre outros aspectos. Juntando todos esses elementos se faz com que o indivíduo se identifique e se classifique no meio social. Ela o diferencia de outros indivíduos e serve de apoio para comparar e entender o outro grupo, a cultura não é fixa e varia conforme a vivência e processos de comunicação, pois alguns elementos se alteram, de acordo com o ambiente que a pessoa vai se inserir, sofrendo assim uma espécie de metamorfose em cada espaço e grupo com o qual convive como no agir, no comer, no vestir, no falar, por exemplo.

Já observamos que na visão de Paulo Freire (1978), um grande educador brasileiro, as próprias experiências culturais devem-se relacionar com saberes escolares e construir um programa político – pedagógico, pois isso leva as pessoas a entender as razões de “ser” e “ler” o mundo, de determinado modo enquanto amplia os horizontes do pensamento na efetivação da liberdade de indivíduo.

[...]. Muita gente já deve ter dito o que vou dizer agora. Percebi quão fortes são as nossas marcas culturais. Mas quão mais fortes elas se tornam na

medida em que não as idealizamos. Na verdade, no momento em que começas a dizer: não, tudo o que é bom, só é chileno, as marcas da tua cultura enfraquecem. Mas, na medida em que, em lugar da idealização das tuas marcas, tu as tratas bem, cuidas delas seriamente, sem absolutizá-las, então percebes que, sem elas, te seria difícil, inclusive, receber outras marcas que, ao lado de tua história pessoal, fossem significativas (FREIRE & FAUNDEZ, 1985, p. 17).

Podemos observar que esse pensamento de Freire (1985), coloca o conceito de diversidade cultural como concreto e não abstrato, no conceito marca cultural, destacando a própria história pessoal como elemento da identidade cultural, onde os traços de um grupo social são julgados em relação a outro. Assim colocando algo em comparativo, pondo em ênfase a comparação do seu com o do outro, aponta que nesse julgamento, ocorre a inferiorização, pois se um grupo não trata bem sua cultura, e, não luta para seu reconhecimento, ela acaba por desaparecer, ou apenas servir de referência de inferioridade.

Percebemos no Brasil exemplos dessa situação, devido seu vasto espaço territorial, e sua variada formação de povos, que a cultura da região sul do país, por ser mais próxima dos povos europeus, se julga superior a dos demais locais nacionais, promovendo preconceitos linguísticos, regionais, os culturais, entre outros. Acredito que o preconceito mais explícito no ambiente escolar seja o linguístico, pois observamos que em uma mesma região ou zonas do município, a forma de escrita e principalmente a forma de falar se diferencia e muito. No Brasil temos uma grande migração de pessoas em busca de melhoria de vida, ou meio de sustento familiar, fazendo com que as diferenças entre as culturas de cada região, entrem em choque constantemente. Inclusive não precisamos mudar uma pessoa de região para poder observar a diferença de linguagem, pois basta comparar pessoas, sendo uma do campo e outra da cidade, ou uma da periferia e outra do bairro nobre, que se observa diferenças grandes nos seus modos de falar. Esse elemento distinto se encontra dentro da escola, impondo ao professor a compreensão de como lidar com toda essa diferença e também saber ensinar, a como se respeitar. Uma importante observação nesse sentido, é feito por Marcos Bagno, ao dizer que:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito

bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão. (BAGNO, 1999, p. 44)

Como bem mostrado na citação de Marcos Bagno (1999), observamos nos anos 80 e 90 do século XX e na primeira década do século XXI preconceito contra o nordestino, gerado por um canal de um meio de comunicação poderoso, a “televisão”, que é controlada pela classe burguesa brasileira, por vezes, inferiorizou o nordestino em sua programação.

Essa situação reforçava as concepções preconceituosas presentes ainda hoje, na relação entre as regiões brasileiras, caricaturando os hábitos e o falar das pessoas que vivem no nordeste.

A escola exerce um grande poder quanto ao combate ao preconceito, pois é lá que, a ideia de comparação como meio de inferiorizar as pessoas, ocorre, dado pelo convívio de quem ali se encontra. Exige-se do ambiente escolar contribuir para ampliar o respeito às diferenças culturais, formando identidades cujas ideias apresentem respeito as diferenças, formando assim um cidadão social. É na escola onde nós começamos a convivência com a diversidade, e, como somos elementos moldados em uma cultura, acabamos assimilando, involuntariamente valores e transmitindo aquilo que nos foi incorporado naturalmente, sem refletir sobre o seu significado.

Nesse sentido temos em Forquim (2000) que o avanço da sociedade capitalista determinou a realização de uma educação sistemática dada a necessidade de uma formação coletiva, necessária ao desenvolvimento econômico, mas também cultural, onde se destaca a questão multicultural relativa à convivência social:

[...]. A ideia de respeito às culturas supõe a existência de um ponto de vista exterior às próprias culturas e a adoção de critérios com caráter de universalidade. Assim, uma educação intercultural só pode conceber a atenção e o respeito que indivíduos de diferentes culturas merecem se ela for capaz, antes de tudo, de reconhecê-los como seres humanos genéricos, que apresentam uma vocação transcultural para a racionalidade. Só posso respeitar verdadeiramente a alteridade do outro se eu reconheço essa alteridade como outra modalidade possível do humano. Daí porque, conforme Paul Zec, em um contexto de multiculturalismo, os materiais de ensino devem ser escolhidos mais em função de critérios propriamente educacionais do que em função do pertencimento dos alunos a esta ou àquela cultura. Se o professor pode escolher seus exemplos pedagógicos neste ou naquele universo cultural, pode também destacar o que há de verdadeiramente humano em cada uma dessas manifestações culturais e apreciar o que é particular segundo os parâmetros do que é universal. (FORQUIN, 2000, p. 63).

No trecho acima de Jean Claude Forquim (2000) podemos ver que o autor apresenta uma perspectiva de cultura implícita aos conteúdos escolares, trazendo como ideia extrair, nas diferentes culturas um elemento comum de conhecimento que

ao expor as similaridades das diferenças, valoriza o conhecimento do cotidiano, possibilitando equalizar as diferenças e assim mostrar a necessidade do respeito.

Observamos também que já foram criadas muitas leis para inserção da cultura no ambiente escolar, tais como: LDB 9.394 MEC 1996, que defende no seu 3º artigo a “liberdade de aprender, ensinar e pesquisar e divulgar a cultura, apreço a tolerância”. A lei 10.639/03 posteriormente substituída em 2008, pela lei 11.645, onde se defende “o ensino da história e cultura africana e indígena”. Ambas as leis têm o objetivo de sanar a deficiência ou ausência dessa temática na sala de aula da educação básica, pois no ensino de nossa história relativo a diversidade cultural, observamos a negligência quando se trata das influências das culturas indígenas e africanas nos conteúdos escolares.

Apesar dessas leis não houve no Brasil, de um modo geral, grandes mudanças no ensino, pois a perspectiva cultural apresentada na escola continua eurocêntrica, já que os únicos conhecimentos aceitos como relevantes nas aulas, muitas vezes, não condizem com a realidade histórica da cultura, na qual a escola está inserida. Podemos perceber que, o que é ensinado, quanto às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, ainda não sofreu muitas mudanças e não foi atualizado com outras abordagens, como por exemplo temos a forma como se aborda a cultura africana no ensino fundamental, em que apenas se faz referência à escravidão, e, a cultura indígena é ensinado, principalmente, destacando a dizimação dos povos nativos. Ambas as visões reforçam a concepção de que os europeus são superiores.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é um documento que define os objetivos de aprendizagem para todas as etapas da Educação Básica no Brasil, e não tem uma seção específica sobre diversidade cultural voltada para o campo da língua e sotaques, existem elementos na BNCC que podem ser relacionados a esse tema, para podermos correlacionar e melhorar o aprendizado no ambiente escolar.

Abaixo relacionamos as 10 competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) correlacionadas do uso em sala de aula com propósito de contemplar o tema de diversidade cultural, linguística e sotaques, presente principalmente na parte referente à Educação Infantil. Tal proposta aponta a necessidade de trabalhar 10 competências entre as crianças menores, que resumindo da BNCC (2017) colhemos as referências:

Competência 1: Conhecimento – O aluno deve construir conhecimentos sobre a diversidade cultural e linguística, reconhecendo a importância do respeito às diferentes formas de expressão linguística, incluindo sotaques.

Competência 2: Pensamento científico, crítico e criativo – O aluno deve ser capaz de analisar criticamente as questões relacionadas à diversidade linguística, compreendendo a influência dos sotaques e como eles refletem diferentes culturas.

Competência 3: Senso estético e repertório cultural – O aluno deve conhecer diferentes manifestações culturais e linguísticas presentes na sociedade, valorizando e respeitando a diversidade de sotaques como parte integrante da nossa cultura.

Competência 4: Comunicação – O aluno deve ser capaz de se comunicar de forma eficaz, compreendendo e respeitando diferentes formas de expressão linguística, inclusive os sotaques, promovendo assim uma comunicação mais inclusiva.

Competência 5: Cultura digital – O aluno deve utilizar recursos digitais como ferramentas para aprimorar o conhecimento sobre a diversidade linguística e cultural, pesquisando sobre os diferentes sotaques e suas características.

Competência 6: Autogestão, trabalho e projeto de vida – O aluno deve ser capaz de trabalhar em equipe e desenvolver projetos que promovam a valorização da diversidade linguística e cultural, incentivando a escuta ativa e a valorização dos diferentes sotaques presentes na sala de aula.

Competência 7: Argumentação – O aluno deve ser capaz de argumentar de forma ética, respeitando a diversidade de sotaques e culturas, desenvolvendo assim uma postura de respeito e valorização das diferentes formas de expressão linguística.

Competência 8: Autoconhecimento e autocuidado – O aluno deve refletir sobre sua própria identidade linguística e cultural, valorizando e respeitando seus sotaques, bem como os dos outros, promovendo assim uma postura de auto aceitação e respeito ao outro.

Competência 9: Empatia e cooperação – O aluno deve ser capaz de colocar-se no lugar do outro, valorizando e respeitando as diferentes formas de expressão linguística presentes na sala de aula, fomentando um ambiente colaborativo e inclusivo.

Competência 10: Autonomia, responsabilidade e cidadania – O aluno deve desenvolver uma postura crítica e ética, comprometendo-se com a valorização da diversidade linguística e cultural, assumindo a responsabilidade de promover o respeito aos sotaques como parte da construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

No campo das Linguagens referente ao Ensino fundamental, a BNCC (2017) destaca como, a competência de Língua Portuguesa, presente na área de Linguagens e suas Tecnologias, tem como objetivo desenvolver a capacidade de usar a língua de forma adequada em diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências. (BRASIL BNCC, 2017, p. 136)

Isso inclui lidar com as variações linguísticas, que envolvem não apenas sotaques, mas também aspectos gramaticais, vocabulário e expressões características de diferentes regiões do país. Além disso, o componente curricular de Língua Portuguesa também destaca a importância de promover o respeito à diversidade cultural, reconhecendo a multiplicidade de jeitos de falar e valorizando a pluralidade linguística presente no Brasil.

O campo de experiência, voltado a promover conhecimentos na Educação Infantil, intitulado "Eu, o Outro e Nós" da Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) aborda a formação da criança em sua relação com o mundo ao seu redor, considerando aspectos como identidade, diversidade cultural e linguística. Este campo de saber busca desenvolver com os alunos da creche e pré - escola uma consciência crítica e um respeito em relação à sua própria identidade, bem como à diversidade presente na sociedade.

[...] é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. (BRASIL, BNCC, 2017, p.38).

Em relação à diversidade cultural e linguística, a BNCC reconhece a importância de trabalhar o respeito, a valorização e a promoção da diversidade. Ao longo das etapas da Educação Básica, o documento propõe que sejam abordadas as diferentes culturas presentes na sociedade, bem como as múltiplas formas de expressão cultural existentes.

Nesse sentido, a BNCC recomenda o ensino da diversidade linguística, reconhecendo que a língua é um fenômeno social e variável, que se manifesta de diferentes formas na sociedade. Ela valoriza os diferentes sotaques, variações regionais e influências culturais presentes na língua portuguesa falada no Brasil, visando romper com preconceitos linguísticos e promover o respeito por todas as formas de expressão oral e escrita.

O "Eu, o outro e nós" também busca desenvolver nas salas de Educação Infantil a capacidade de dialogar e se relacionar com empatia com pessoas de diferentes culturas e com diferentes formas de expressão linguística. É importante que estes alunos sejam incentivados a ampliar seu repertório cultural e linguístico, valorizando a diversidade como um elemento enriquecedor para a convivência e a compreensão do outro. Podemos afirmar que a BNCC busca promover uma formação no ambiente escolar de forma a reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade cultural e linguística, preparando os estudantes para uma convivência inclusiva, respeitosa e enriquecedora em uma sociedade plural.

A alfabetização é um processo fundamental na educação, pois possibilita o acesso à leitura e à escrita, habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, atualmente ele ocorre no sistema educacional brasileiro nas turmas do fundamental I. Durante toda a história humana foram criados diversos

métodos, que foram propostos ao longo do tempo para ensinar as crianças a ler e escrever, e muitos autores contribuíram com suas teorias e práticas, podemos observar em alguns autores(as) como:

- Emília Ferreiro: Estudiosa argentina que influenciou muito a área da alfabetização com suas pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita. Seus estudos ajudaram a repensar os métodos de ensino da leitura e da escrita.
- Paulo Freire: Educador brasileiro que desenvolveu uma metodologia revolucionária chamada "método Paulo Freire", que ensinava a ler e escrever a partir da realidade do aluno, valorizando seu conhecimento prévio e sua cultura.
- Rudolf Steiner: Filósofo austríaco e fundador da pedagogia Waldorf, que defendia uma abordagem mais holística da alfabetização, integrando a arte e a natureza no processo de aprendizagem.

Um dos métodos mais tradicionais é o método fônico, que associa os sons às letras. Segundo TEBEROSKY e TOLCHINSKY (1994), esse método prioriza o ensino das relações fonema-grafema, ou seja, a correspondência entre os sons da língua falada e as letras que os representam na escrita. Assim, os alunos são ensinados a reconhecer e a reproduzir sons, relacionando-os com as letras correspondentes.

Outro método bastante utilizado é o construtivista, que tem como base a teoria de VYGOTSKY (1984), que enfatiza a construção do conhecimento pelo aluno. Nesse método, o professor proporciona situações de aprendizado, em que a criança é estimulada a interagir com o ambiente, explorando e experimentando a linguagem escrita. Sendo assim, o aprendizado ocorre de forma mais autônoma e individualizada.

Além desses, há também o método global, que enfatiza a leitura global de palavras e textos completos, buscando desenvolver a compreensão de leitura desde o início do processo de alfabetização, e neste método, destaca-se a importância do contexto e dos sentidos para a compreensão do texto escrito.

Ao finalizar o relato sobre métodos de alfabetização, é possível agregar a ideia de que a diversidade cultural e os diferentes sotaques presentes nas escolas podem influenciar no processo de aprendizagem da leitura e escrita. Dessa forma, a relação entre métodos de alfabetização, diversidade cultural e sotaques pode ser abordada, destacando a importância de uma abordagem inclusiva e multicultural na educação, que considera a valorização das diferentes formas de falar e escrever dos estudantes.

2. A FALA, A LINGUAGEM COMO ELEMENTOS CULTURAIS

A fala e a linguagem desempenham um papel fundamental na construção e transmissão da cultura. Em diferentes regiões do mundo, podemos observar uma diversidade de idiomas, dialetos e sotaques que refletem a riqueza cultural de cada comunidade. A cultura de um povo está intrinsecamente ligada à sua língua e, por consequência, à sua forma de se expressar. O autor Mattoso Câmara (1944) destaca:

Cada homem que fala, rege-se por um sistema de sons, de fonemas e de significação e ordenação de formas, que ele hauriu da sociedade em que vive e que nesta se transmite através de gerações como uma tradição de cultura, à maneira dos processos de plantar ou de fabricar vasos. Vista desse ângulo, a língua surge-nos com o caráter do que se chama em etnologia uma *arte coletiva*. O seu estudo pode colocar-se ao lado do das grandes instituições sociais, e a lingüística assume a aparência de uma seção da etnologia. (Mattoso Câmara 1944: 29-30).

Percebemos nesse autor que é através da fala, que os valores, as crenças e as tradições de uma sociedade são transmitidos de geração em geração. As expressões idiomáticas, por exemplo, são características específicas de cada grupo cultural e podem revelar, muito, sobre a forma como as pessoas veem o mundo ao seu redor.

Assim, a LÍNGUA, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la. Isto opõe naturalmente a língua ao resto da cultura, ou cultura *stricto sensu*, e cria uma ciência independente para estudá-la a lingüística em face da antropologia, que estuda todas as outras manifestações culturais. (Mattoso Câmara 1972: 269)

Segundo Mattoso Câmara (1972), a língua é um fenômeno social complexo, que reflete a identidade de uma comunidade e desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, de valores e de crenças culturais. Ele argumentava que a língua não é apenas um sistema de comunicação, mas um reflexo de uma cultura e um meio de perpetuá-la.

Sendo assim, colocar a língua no contexto da diversidade cultural e linguística na escola, é de grande relevância. Concordamos que a ideia de que a escola deveria valorizar e respeitar a diversidade linguística e cultural dos alunos, promovendo o ensino de diferentes variedades da língua e considerando os sotaques e expressões regionais, como parte da identidade cultural dos estudantes. Podemos considerar a língua como um elemento central da cultura, destacando a diversidade e a riqueza linguística, como parte fundamental da educação e convivência na escola.

2.1- Linguagem

A identidade está também intrinsecamente ligada à forma como falamos e nos expressamos linguisticamente, pois nós nos definimos e somos definidos pelos outros através de nossa linguagem, que reflete nossa cultura, origem, experiências e valores.

Este tema também é abordado por Stuart Hall, um teórico cultural e crítico social. Hall (2011) argumenta que a identidade é um processo em constante transformação, moldado por diferentes fatores, incluindo a linguagem. Para ele, a linguagem é uma ferramenta poderosa para construir e negociar identidades culturais, visto que nossas formas de falar e expressar ideias, são moldadas pelas influências sociais e culturais que nos cercam. O autor Hall (2009) destaca:

[...] essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (HALL, 2009, p. 108).

Seguindo o pensamento da citação acima, podemos entender que o autor afirma que os processos de formações identitárias são compreendidos como construções que ocorrem por meio das diferenças e por meio de relações com o outro. Conforme Hall (2009), o local de encontro entre os discursos produzem subjetividades. Podemos perceber neste caso, a interseção entre língua e identidade, nos estudos culturais de Hall, as questões identitárias não podem adquirir sentido sem os sistemas de significação dados pela linguagem. Assim o autor Bourdieu (1996) destaca:

A língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço. Somente esta espécie de *criação continuada* que se opera em meio às lutas incessantes entre as diferentes autoridades envolvidas, no seio do campo de produção especializada, na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítima, pode assegurar a permanência da língua legítima e de seu valor, ou seja, do reconhecimento que lhe é conferido. (Bourdieu, 1996 p. 45).

Já para o linguista sociolinguista Pierre Bourdieu (1996), a linguagem é um dos principais meios pelos quais as identidades sociais são construídas e reproduzidas. Bourdieu argumenta que a linguagem reflete a posição social e o capital cultural de uma pessoa, e que diferentes grupos sociais têm diferentes formas de falar e se expressar. Essas variações linguísticas podem influenciar como uma pessoa é percebida e identificada pela sociedade.

A identidade está ligada à fala e à linguagem, segundo Bagno (2008), pois é através delas que nos comunicamos e também nos definimos. A linguagem não apenas reflete nossa identidade cultural, mas também a molda, sendo influenciada pelo ambiente social e cultural em que estamos inseridos. Compreender a importância da fala e da linguagem na formação da identidade nos ajuda a valorizar e respeitar a diversidade linguística na sala de aula, promovendo uma educação inclusiva e proporcionando a todos a oportunidade de se expressar plenamente.

2.2- As Variantes Linguísticas

A linguagem está diretamente ligada aos sotaques. Bagno (2008), destaca que os sotaques são variações na pronúncia, ritmo, entonação e ênfases de uma língua. Esses sotaques são moldados pelos contextos socioculturais e regionais, nos quais as pessoas crescem e se desenvolvem. No contexto educacional, a consideração acerca da linguagem e dos sotaques é fundamental, para que haja uma abordagem inclusiva da cultura, sendo necessário valorizar e respeitar a diversidade linguística e os diferentes sotaques presentes na sala de aula. Isso envolve reconhecer que não existe uma forma "correta" ou "superior" de falar, e, que cada variante linguística, possui sua riqueza e relevância cultural.

As variantes linguísticas na educação referem-se às diferentes formas de expressar oralmente, que existem em uma determinada língua. Essas variantes podem ser influenciadas por fatores sociais, culturais, regionais, étnicos, entre outros, e podem ocorrer tanto no vocabulário, na pronúncia, na entonação, na gramática e na estrutura das frases. Nesse sentido Marcos Bagno (2008), aponta que no Brasil:

(...) são faladas mais de dezenas de línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos, língua surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças com os países vizinhos, além de falarem diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravista. (Bagno, 2008, p. 27)

Para Bagno (2008), o monolíngüístico trata-se de uma ficção, embora no Brasil ainda se trate do ensino da linguagem, como forma única para todo país, desconsiderando o regionalismo. O autor ainda reforça que o falar do português europeu, nunca foi uma forma de língua homogênea e uniforme, pois em Portugal existe variações regionais, não iguais às do Brasil, mas que afeta a pronúncia linguística do português europeu.

É importante que as variantes linguísticas sejam consideradas e valorizadas na educação, pois elas fazem parte da identidade e da cultura das crianças. Negligenciar ou desvalorizar essas variantes pode gerar um sentimento de menosprezo, ou exclusão entre as crianças que falam de forma diferente.

Ao valorizar as variantes linguísticas na sala de aula, é possível promover uma educação inclusiva e proporcionar às crianças a oportunidade de se expressarem e se comunicarem de acordo com sua própria identidade linguística. Isso contribui para a construção de uma autoestima positiva, e, para o respeito à diversidade cultural e linguística.

Os educadores desempenham um papel importante ao criar um ambiente de aprendizagem que valorize as variantes linguísticas. Eles devem incentivar as crianças a se expressarem livremente, sem repreensão ou correção excessiva da forma de falar. É importante que os professores enxerguem as variantes linguísticas como um recurso pedagógico e não como um obstáculo ao aprendizado (Bagno, 2008).

Além disso, é relevante que os educadores promovam atividades que envolvam o uso das diferentes variantes linguísticas presentes na sala de aula. Isso pode incluir jogos, histórias, músicas e brincadeiras que explorem as diferentes formas de falar. Essas atividades ajudam as crianças a desenvolverem sua linguagem, sua criatividade e sua consciência linguística.

Também é importante que os educadores estejam abertos ao aprendizado e ao conhecimento das variantes linguísticas presentes em sua região ou entre seus alunos. Isso pode envolver a formação continuada e o diálogo constante com os pais e a comunidade onde a escola que está localizada, para compreender melhor as diferentes formas de falar e como elas podem ser valorizadas e incluídas no ambiente escolar.

Em resumo, as variantes linguísticas refere-se na educação no respeito e referências as diferentes formas de falar e se expressar que existem entre as crianças. Valorizá-las é fundamental para promover uma educação inclusiva e respeitosa à diversidade cultural e linguística. Os educadores desempenham um papel central ao criar um ambiente de aprendizagem que assegure o respeito às variantes linguísticas, promovendo atividades que explorem essas formas de falar e estejam abertos ao aprendizado e ao conhecimento. O autor Hagège (1985), destaca que:

Mesmo nas comunidades mais homogêneas, podemos ver que não existe uma forma linguística fixa e imutável, nem na pronúncia, nem na sintaxe, nem no vocabulário, nem mesmo na morfologia. Uma observação atenta revela que nem grupos, nem os indivíduos isoladamente, se servem em todas as circunstâncias de uma língua idêntica. (Hagège, 1985, p. 245)

Nessa citação de Hagège (1985), é correto afirmar que o homem mesmo sendo um ser social, e se utilizar principalmente da linguagem oral para se comunicar, estabelece mudanças linguísticas devido a diversidade sociocultural a que está exposto, permitindo uma grande diversidade no uso da língua. Neste estudo temos como principal objetivo analisar como a variação do sotaque é tratado na sala de aula, e pensar como o professor tem o papel principal de reconhecer essas variações e proporcionar um aprendizado de qualidade e de integração entre os alunos. Conforme se refere Bagno (2009):

O reconhecimento da existência de muitas variedades linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega na escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade estigmatizada do português brasileiro [...] (BAGNO, 2009, P.32)

Para BAGNO (2009) o preconceito linguístico é formado de diversos mitos presentes em afirmações, como a de que o “brasileiro não sabe português”. O autor expõe a diversidade cultural advinda tanto da grande expansão territorial do Brasil, quanto do processo que trouxe vários povos para esse local e os misturou com os povos que já habitavam essas terras. Fica evidente, que, a tentativa do ambiente escolar, de impor um único padrão fonético, estipulado pelo corpo docente presente em cada escola, desconsiderando a origem dos alunos e suas condições socioeconômica, seu local de nascimento, entre outros aspectos torna-se uma forma de exclusão. Não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea, pois toda língua humana é viva. Ela apresenta sempre variações (sintáticas, semânticas, fonéticas, etc).

3. AS CONCEPÇÕES DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A CULTURA E VARIAÇÃO DA FALA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

A localidade do Canta Galo no município de Acarape, possui duas escolas e um anexo que oferece para as crianças e jovens do distrito, educação básica, educação infantil e ensino fundamental I e II. Fora do espaço escolar os espaços para encontros sociais são: um campo de futebol, uma quadra poliesportiva (inacabada), uma quadra de futsal, um posto de saúde, três igrejas católicas, uma igreja evangélica e um centro espírita. Canta Galo é o terceiro distrito mais populoso do Acarape, segundo levantamento populacional feito pela secretaria de saúde do município em 2023, nele há 2.262 habitantes.

O município de Acarape se localiza na microrregião do Maciço do Baturité, ficando a 61km de distância da capital do Ceará, o município foi emancipado em 15 de abril de 1987 da cidade de Redenção, conta com uma população média de 15.338 moradores, segundo informações tiradas do site da prefeitura do município em 04/11/2022. Essa região, antes de moradia de povos nativos e recebeu indígenas expulsos da região do Jaguaribe quando houve ocupação colonizadora portuguesa.

Este local tem como principais meios econômicos, o plantio de produtos de subsistências, como milho, feijão, fava, e, a exploração de minério dolomita. Atualmente Acarape conta com empresas mineradoras e um polo da UNILAB. Essa Universidade busca uma integração dos povos de lusofonia Afro-Brasileira. Esse polo acadêmico possibilita a vinda de pessoas pertencentes a diversos povos do continente africano, que trazem consigo suas identidades e culturas diferentes dos costumes na região.

As pessoas de Acarape acabaram criando por conta desta instituição de ensino superior um laço de convívio social e amizades com esses grupos de alunos, e não somente com o povo africano, mas também com pessoas vindas de outros municípios ou da capital e arredores de Acarape, por causa do estudo que a universidade proporciona. Com isso houve uma grande mudança de cenário social, com múltiplas culturas convivendo no município.

Esse contexto social impactou os registros nos documentos escolares nas escolas de Canta Galo. Assim temos nos PPP's das escolas desta pesquisa a população de Canta Galo consiste em:

A comunidade escolar é composta de 90% de educandos advindos de famílias humildes, trabalhadores autônomos. Temos uma população estável, mas que começa a receber famílias vindas de grandes centros, aumentando assim a nossa população, que sofre as consequências econômicas e socioculturais, além do problema da falta de habitação e o desemprego, tendo que se adaptar a um nível salarial baixo e com poucas opções de lazer. São duas instituições religiosas que atendem a diversidade espiritual da comunidade. (Acarape, PPP EEMIF Antônio Correia de Castro, 2022, p.9).

Em relação a realidade sócio cultural dos nossos alunos, podemos dizer que esses são oriundos das classes trabalhadoras e da zona rural, seu acesso à informação não é limitado. Sua principal fonte de informação é a Rádio e na maioria das vezes tem preocupação quanto a qualidade ou codificação dessas informações. Os meios de Comunicação Social são os principais transmissores de cultura de um país. Eles são os transformadores da cultura, pois tratam de assuntos que não são a única coisa que se vê. Isto é, usa-se um pano de fundo cultural que vai sendo inculcado, é uma transmissão que acontece quase que inconscientemente. (Acarape, PPP EEF Anacleto Carlos Cavalcante, 2022, p.14).

Nesses trechos acima retirados dos PPP das escolas Antônio Correia de Castro e Anacleto Carlos Cavalcante, podemos perceber a visão de uma comunidade multicultural, que tem alunos vindos das áreas rurais, de outras regiões (cidades ou estados) acompanhando seus familiares que vem em busca de trabalho, e pessoas da localidade do próprio município que não fazem parte da área rural e nem da cidade de Acarape. Nesse apontamento podemos perceber diversas crianças com culturas familiares diferentes, trazendo consigo formas de se expressar diferentes e com sotaques ou dialetos próprios.

Percebemos que pouco é feito para acesso da comunidade a espaços como teatros, cinemas, museus, entre outros locais que tem como finalidade a divulgação cultural, mostrando a falta de visão da gestão pública em promover melhores condições para seus moradores de conhecimento de bens culturais, tal como foi registrado no PPP da escola Anacleto Carlos Cavalcante. As estruturas edificadas das escolas são precárias, essas escolas tem o padrão de casas doadas e que não oferecem espaços de lazer e nem local para o lúdico, para que os professores possam trabalhar com os alunos fora da sala de aula. Não se tem quadra de esporte e as salas não são climatizadas corretamente, o espaço da sala de aula é pequeno para a quantidade de alunos.

Essa estrutura das edificações escolares se opõe ao que se define como modelo, pois:

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de

alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos. (Satyro & Soares, 2007, p. 7).

Como destacado pelos autores Satyro & Soares (2007), percebemos que a infraestrutura do ambiente escolar influencia fortemente a qualidade de ensino aprendizagem, e que infelizmente neste distrito essa visão não é levada em consideração, deixando assim a qualidade de ensino do distrito do Canta Galo a desejar, já que focamos inicialmente nas edificações do ambiente escolar, essas são muito precárias e restritas ao espaço da sala de aula, que ainda é inadequado para o número de alunos.

Realizamos dois estágios nas escolas Anacleto Carlos Cavalcante e Antônio Correia de Castro, sendo um de educação infantil e outro de séries iniciais nas escolas destacadas. No período que estivemos presentes conseguimos observar que as escolas não tem espaço de recreação, não tem espaços adequados para professores efetuar o planejamento das aulas, entre outros fatores, pois há o impedimento da infraestrutura física precária na escola. Além desses inadequados fatores estruturais, os professores se deparam com as diversidades culturais e linguísticas que os alunos trazem de suas origens, que, contudo, não são levadas em consideração nas aulas, porque entre o aluno e o professor, que tem o trabalho de repassar conteúdos didáticos, há os planos de aula já elaborados pela secretaria de educação do município.

Na educação infantil destas escolas, a prática docente do professor parece estar tão enraizada no modelo tradicional do ensino, que acredita que a função da escola e professor é ensinar o aluno a falar, seguindo a norma que a escola segue, mas sabemos que essa visão não está nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (PCNs, 1997), como podemos perceber na citação:

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o faz, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos – por não ser coincidente com a variação linguística de prestígio social, com a esperança de evitar que escrevesse errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada. (Brasil, Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetro Nacional - PCN, 1997, p. 48)

Seguindo esse PCN (1997), quando o profissional que está em sala de aula, não é consciente da variação linguística dos alunos, pode acabar inconscientemente gerando preconceitos, ou fazendo com que o aluno trave seu aprendizado. Esse aluno vai achar que “não sabe”, e de tanto ser corrigido, vai acabar parando de falar ou se

expressar, achando, assim, que não é capaz de aprender. Nessa visão o professor tem que se adequar e saber com quem se fala, alterando algumas vezes o jeito de pronunciar para ser compreendido e isso também ocorre no trabalho com os gêneros textuais. Isso auxilia na compreensão da escrita por parte do aluno, como destaca Bagno (2008).

Seria mais justo e democrático explicar ao aluno que ele pode dizer “bulacha” ou “bolacha”, mas que só pode escrever bolacha, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito (Bagno, 2008, p. 69).

É fundamental que o aluno possa ter tanto um ensino lúdico e prazeroso quanto que valorize seu saber, e não um ensino voltado ao sentimento de inferioridade ou de incapacidade. A fala e a escrita são meios poderosos de comunicação na humanidade, constituindo um traço da identidade de quem se comunica, possibilitando resolver conflitos na sociedade, sempre que for necessário um diálogo, seja ele oral ou escrito. A escola não pode deixar de lado o conhecimento linguístico que esse aluno já traz ao entrar no ambiente escolar. Não deve forçar o aluno a esquecer o que já sabe culturalmente, para aprender praticamente outra linguagem muito diferente da forma de que ele já faz uso.

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (Brasil, Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetro Curricular Nacional - PCN, 1997, p. 19)

Partindo desse pensamento foi elaborado um questionário, repassado para 10 professoras, sendo 05 professoras da escola Anacleto Carlos Cavalcante e 05 professoras da escola Antônio Correia de Castro. Essas professoras tem formação superior, e possuem entre 5 e 36 anos de docência, todas elas já lecionaram tanto na educação infantil e no fundamental I, e somente uma delas tem formação de pedagogia na UNILAB. Esse questionário foi elaborado para tentar compreender o que esses profissionais entendem e repassam dentro de sala de aula, lembrando que entre esses profissionais há aqueles que consegui observar em trabalhos docentes em sala de aula, em observações nos estágios que fiz nas escolas no ano de 2023.

Começamos com o questionário expondo um breve relato teórico sobre cultura, multiculturalidade, Identidade, linguística e BNCC. Nos dias que passamos fazendo observações na sala de aula dos estágios, não tivemos a oportunidade de ver nenhuma das professoras explorando qualquer diversidade cultural em suas aulas,

pois elas só passaram o conteúdo exposto nos livros didáticos, e, em nenhuma das aulas, trouxeram alguma representação para que os alunos pudessem comparar ou argumentar o tema exposto em aula. Relativo a parte fonética conseguimos perceber, que elas não colocaram nenhum meio para mostrar as relações de pronúncias e sons diferentes nas palavras. Fizeram sempre ao contrário, sempre impondo na explicação a pronúncia que trazem consigo enraizadas na sua própria cultura, corrigindo os alunos quando pronunciavam diferente do que elas julgavam correto, por exemplo a letra “E”, em vários momentos falavam que essa letra tem som de “I”, em palavras como: escola, estojo, estacionamento. No questionário que elaboramos, indagamos para as professoras:

Você já enfrentou algum desafio ao lidar com alunos de diferentes culturas? Se sim, como lidou com essa situação?

E as respostas foram as seguintes entre as professoras:

Professora 1 - Sim; Com valores Religiosos; pois existia diferentes tipos de religiosidade; a mais complicada era o ateu; usando metodologia diferente no trabalhar dos direitos, deveres, e valores, social e cultural;

Professora 2 – Não;

Professora 3 – Até o presente momento não.

Selecionamos e analisamos as respostas de 03 professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, e somente as respostas das 03 professoras serão repassadas devido análise e respostas sempre iguais de todas as demais professoras, comparando as respostas, ficamos com a indagação: “como professoras que tem seu tempo de trabalho entre 5 a 36 anos de profissão não se depararam com alunos de diferentes culturas em sala de aula, e como apenas 1 levantou a questão religiosa como exemplo de diversidade cultural?”. Pois como foi citado até nos PPP’s anteriormente se ressalta a multiculturalidade, em questões também de locais (rural e urbano), regionais (de outras cidades e estados). Isso nos leva a pensar que essas profissionais não estão analisando o contexto social que a escola está inserida, e assim apenas indo para repassar os conteúdos, já previamente elaborado pela secretaria de educação sem levar em consideração os alunos que estão ali inseridos, praticando uma educação bancária “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2017, p. 80). Com isso a educação dessas escolas acaba perdendo a reflexão, a criatividade, acabando com o pensamento de transformação. Em nossas observações dos estágios fiquei nas salas das professoras 2 e 3, e nesse período consegui perceber que no momento de aula,

alguns alunos eram excluídos das explicações e outros não tinham livros, e esses alunos ficavam sem conteúdo que era passado no dia, com a alegação que não tinham como acompanhar por falta de livro, ou por tentativa de “laudar” o aluno como hiperativo. Já outros alunos não participavam da aula porque a professora dizia que eles não aprendiam, havia aluno(a), no quinto ano do ensino fundamental, que não sabia reconhecer o alfabeto.

Deixando assim esses alunos sem voz, ou reconhecimento, dentro da sala de aula. Mas nos dias dos estágios em que fomos efetuar o apoio pedagógico, conseguimos perceber que era possível o aprendizado daqueles alunos(as), já que os que estavam sem livros tinham a possibilidade de sentar junto com os que tinham o livro e acompanhar e responder no seu próprio caderno. Os alunos rotulados como “laudados”, não reconheciam o alfabeto, pois ainda não tinham se familiarizado com as alterações de letras maiúsculas de minúsculas e de letras cursivas, por não terem acesso a textos impressos também apresentavam dificuldades na forma de expressar oralmente as palavras onde pudessem reconhecer o som que as representavam, exemplos de “ge” e “je”, que tem a sonoridade iguais por serem homófonas.

Outra questão elaborada referiu-se à formação continuada: *Houve alguma formação para tratar do campo de experiência da BNCC (Eu, o Outro e Nós) para melhorar sua habilidade em lidar com a diversidade cultural na sala de aula? Se sim qual foi sua experiência e o que aprendeu?*

As respostas foram as seguintes:

Professora 1 – Sim; formação em seminário; conhecer os tipos de culturas e adapta-las em sala de aula para que a criança seja conhecedor de que há outras cultura diferente da sua; mas tão importante quanto;

Professora 2 – Não;

Professora 3 – Tive a experiência a alguns anos de participar de uma formação do Programa Inteligentes onde tratava exatamente disso: o eu, o outro e o nós. Foi um momento de muito aprendizado que com certeza levarei comigo para o resto da vida. Nessa formação aprendi mais sobre respeito, identidade e emoções.

Percebemos pelas respostas das professoras uma grande deficiência por parte da Secretaria de Educação do município em promover a formação contínua ao professor(a) para melhor atuar no ambiente escolar. Percebemos que são poucos os momentos que as professoras que tem entre 5 a 36 anos de exercício docente e relatam ter poucos momentos de formação em que se explore um campo de experiência da BNCC tão importante, que às vezes nem se lembram que existe, e com isso não podem praticar em sala de aula. Mantoan (2013) afirma que uma escola

inclusiva, a formação dos professores só poderá acontecer inscrita no espaço coletivo, assim é capaz de possibilitar uma mudança interna diretamente na cultura e na escola em que ocorre qualificação continuada:

A educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência, pois não apenas as pessoas deficientes são excluídas, mas também aos que são pobres as que não vão as aulas porque trabalham, as que pertencem a uns grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar. (MANTOAN, 2013, p.137)

Percebemos que essa falta de formação afeta o conhecimento do professor de novas possibilidades de ensino e aprendizagem o que afeta diretamente ao aluno, que muitas vezes é excluído e não incluído em um ambiente que é seu por direito.

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as (Mantoan, 2015, p. 79).

Conforme defende Mantoan (2015, p. 81), “formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais”.

As respostas das professoras afirmam a importância de uma reelaboração de novos métodos de formação contínua no município para que assim possa mudar esses métodos de educação tradicional, para um método que potencialize a interação de aluno e professor nas salas de aula.

Fizemos uma questão específica sobre a fala: *Como você lida com alunos que não falam a língua predominante ou possuem sotaques na escola?*

E as respostas foram as seguintes:

Professora 1 – Tento reconhecer sua dificuldade de se expressar; e adaptar-me a dificuldade de reconhecer a necessidade de ser entendida; pode ser reconhecer ou trabalhar a linguagem para que possa ser entendida; estudar línguas;

Professora 2 – Durante todo esse tempo que leciono não passei por situações de alunos com linguagem diferentes;

Professora 3 – Não tive alunos assim ainda mas, quando estudei na UNILAB convivi com colegas africanos que tinham sotaque e sempre respeitei, tentava acompanhar e compreender o que eles falavam.

Como foi respondido apenas por 1 professora que se atentou para as diferentes formas do falar português em sua prática docente, as outras professoras, como apresentado no decorrer deste trabalho de pesquisa, negam a visão da diversidade cultural presente na sua sala de aula, é possível argumentar que os professores, não reconhecem as variações linguísticas regionais por estarem acostumados com uma

norma-padrão, que é ensinada nas escolas como o modelo correto da língua portuguesa. Essa norma-padrão é baseada na variedade linguística cultivada nas regiões metropolitanas, por isso, muitos professores acabam negligenciando outros sotaques, e as, formas de falar presentes nas diferentes regiões do país.

É importante ressaltar que essa falta de reconhecimento das variações linguísticas regionais pode ter consequências negativas na sala de aula, em que os alunos que não se enquadram nessa norma-padrão podem enfrentar preconceito linguístico, ter sua autoestima abalada e até mesmo sofrer discriminação. Além disso, ao não valorizar as diferentes formas de expressão linguística, o ambiente escolar perde a oportunidade de promover a inclusão e a valorização da diversidade cultural presente no país. Como se refere Possenti (2006):

Do ponto de vista da história das línguas e das gramáticas, sabe-se que são os gramáticos que consultam os escritores para ver que regras eles seguem, e não os escritores que consultam as gramáticas para ver que regras devem seguir. Não faz sentido ensinar nomenclaturas a quem não chegou a dominar habilidades de utilização corrente e não traumática da língua escrita. Isso não significa que a escola não refletirá sobre a língua, mesmo porque esta é uma das atividades usuais dos falantes e não há razão para reprimi-la. (POSSENTI, 2006, p. 38).

Seguindo o pensamento de Possenti (2006), não se deve tentar modificar a norma que o aluno já possui, mas sim, possibilitar ao aluno o conhecimento e a reflexão sobre a relação entre norma culta a sua apropriação regional, para que ele possa utilizar e compreender a gramática descritiva da língua e a usar como instrumento de comunicação.

É fundamental que os professores sejam sensibilizados e capacitados para reconhecer e valorizar as variações linguísticas regionais presentes na sala de aula, promovendo um ambiente inclusivo, respeitoso e que estimule a valorização de todas as formas de expressão oral.

Elaboramos também a seguinte pergunta: *Como você ensina alunos que têm dificuldades em aprender a língua predominante na escola?*

E as respostas foram as seguintes:

Professora 1 – Fazendo a adaptação da língua local a sua linguagem de origem, fazendo assim associação a tradução da palavra a expressão;
Professora 2 – Não tenho alunos com diversidade de linguagem;
Professora 3 – Com paciência, respeitando o tempo dele. Mostrando de forma simples e lúdica para atrair sua atenção.

Percebemos nessas respostas o mesmo problema em reconhecer a diversidade linguística e de sotaques dentro da escola, e que o professor sem esse

reconhecimento não poderá colocar em práticas ações que sabem que auxiliará os alunos a um melhor aprendizado, e poderá gerar baixa estima, interferindo no aprendizado dos alunos. Conforme destacado por Oliveira (2010):

O professor que vê a língua segundo a concepção estruturalista pouco ajuda seus alunos na tarefa de desenvolver seus recursos linguísticos para interagir nas mais variadas situações sociocomunicativas. Ele apenas contribui para reforçar o mito de que há uma única forma correta do português, reproduzindo um preconceito linguístico que estigmatiza milhões de brasileiros. (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Mantendo o modelo de aulas descontextualizadas, desconsiderando as variações existentes, esse ensino é baseado em algo idealizado nos materiais didáticos e muito longe da realidade de quem está inserido na sala de aula. Ao deixar de valorizar as diversas formas de pronúncias, a língua se barra nos alunos a sua criatividade e o conhecimento linguístico.

No questionário havia uma questão sobre a diversidade de línguas e culturas, que indagava: *Como você percebe a relação entre a multiculturalidade linguística e a pluralidade cultural na escola?*

E as respostas foram as seguintes:

Professora 1 – Ambas são necessárias e caminham juntas e as duas alcançam um sucesso satisfatório tanto Educacional como social;
 Professora 2 – Ambas possibilitam a interação e comunicação dos alunos;
 Professora 3 – Na forma de agir e de falar de cada aluno. Cada um mostra sua forma de ser através das ações.

Percebemos nas respostas das professoras o conhecimento teórico da importância da multiculturalidade linguística e da pluralidade cultural, mas mesmo com o conhecimento teórico podemos afirmar que elas não colocam em prática dentro de sala de aula esse conhecimento que como todos citam ser necessários e importantes para a comunicação e interação dos alunos, pois são através desses pontos que o aluno consegue se expressar, entender e ser entendido.

Nas análises das perguntas algumas nos chamaram mais atenção, pois ficou evidente as contradições do que foi respondido e a realidade da prática docente na sala de aula. As entrevistas que ocorreram com professoras com tempo de profissão, e somente duas professoras responderam que já enfrentaram desafios com alunos de diferentes culturas e somente uma reconheceu alunos com diferentes sotaques ou que não falam o modo predominante da língua na escola.

Isso nos remete ao questionamento: “Como o PPP das escolas evidenciam multiculturalidade e diferenças socioeconômicas (operário e rural), e os profissionais

que estão dentro da sala de aula não reconhecem essas realidades dentro do espaço escolar?”. Como defende o autor Bagno (2008), que afirma que não existe nenhuma língua no mundo que seja homogênea, o multilinguismo já existia antes da colonização, na atualidade no Brasil, essa questão tornou-se muito maior, devido a grande imigração e as regionalidades em seu vasto território, mas com tudo isso, as profissionais da educação, nas salas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, mesmo havendo cursado o nível superior, continuam a negar em suas práticas docentes a existência de sotaques e das diversidades do falar o português em sala de aula.

[...] o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. (MUNANGA, 2001, p.8).

Observando o pensamento de Munanga (2001), percebe-se que se a escola implantasse um ensino mais voltado a lei 10.639/2003, ou seja, um ensino afrocentrado voltado ao reconhecimento e valorização da diversidade cultural e linguística, e conseguisse melhor apoio da secretaria em suas formações pedagógicas, o ensino conseguiria abranger a todos que estão na escola, tanto os docentes, quanto aos discentes, conseqüentemente o aprendizado seria muito mais produtivo e diversificado, respeitando as diferenças e melhorando o senso crítico de todos para assim ter uma formação educativa crítica e reflexiva.

CONCLUSÃO

Após análise sobre a importância da diversidade cultural voltada à linguística e sotaques no ensino, conseguimos perceber que ainda há uma lacuna na formação oferecida aos professores sobre essa questão, e isso vem desde a formação acadêmica na pedagogia e também passando pela falta de capacitação dentro do município, gerando o não reconhecimento dessa diversidade linguística e de sotaques presentes nas escolas. O não preparo dos docentes e a ausência de medidas que promovam a conscientização sobre a relevância dessas diferenças culturais e linguísticas, acabam por impactar negativamente o aprendizado dos alunos conduzindo a casos em que o aluno se fecha para o aprendizado com o pensamento de “não aprender”. Isso promove o aumento da evasão escolar, que no caso de Acarape é constatado na relação entre oito escolas de ensino fundamental e apenas duas escolas de ensino médio. Será que se pararmos para pensar: “duas escolas são suficientes para absorver todos os alunos das oito escolas do ensino fundamental?” Ou esse município assim consegue oferecer essas poucas vagas no nível médio em apenas 2 escolas devido ao alto índice de evasão escolar no fundamental?

Durante a observação e as entrevistas nas duas escolas, pudemos perceber que os professores enfrentam diversos desafios ao lidar com estudantes de diferentes culturas e falantes de sotaques distintos. A falta de capacitação adequada para enfrentar essas situações dificulta ao aluno ter a compreensão adequada, prejudicando sua participação ativa, durante as aulas além de ir limitando assim seu potencial de aprendizado. Além disso, foi observado que a ausência de um ambiente linguístico inclusivo, onde se valorize a diversidade cultural e linguística, gera barreiras à assimilação do conhecimento por parte desses estudantes que já trazem consigo, do seu meio social, seus diversos saberes e linguagens distintas, ao que se ensina na vocalização nas escolas. Ao se sentirem excluídos ou discriminados devido à sua origem cultural ou sotaque, eles perdem a motivação e o interesse pelo processo educacional, afetando negativamente sua participação e assimilação dos conteúdos propostos.

Com esse estudo poderemos pensar no que é feito como prática pedagógica pela escola, para procurar atender os que nela estudam igualmente, desde os indivíduos que vêm de famílias tradicionais, os que moram no campo, ou na cidade, em aldeias ou vilas, em comunidades ou bairros nobres, entre outros aspectos. Com

essa visão poderemos entender que se trata de um grande desafio para os educadores saber como lidar com as diferenças culturais e sociais no meio escolar, pois cultura é algo que nos identifica a um grupo de pessoas, seguindo um comportamento que foi interiorizado ao longo do tempo através da educação que nos foi transmitida por todos os ambientes em que convivemos, marcando assim a diferença entre nós e os outros.

Um exemplo prático de como a cultura pode influenciar a alfabetização é a escolha dos materiais de leitura. Em vez de se limitar a histórias e textos que são exclusivamente de uma cultura dominante, é necessário incluir obras de autores de diferentes origens culturais e linguísticas, que reflitam a realidade diversa dos alunos. Isso ajuda a tornar o processo de aprendizado mais envolvente e relevante para os estudantes. Os estudantes devem se sentir representados e acolhidos em suas identidades culturais. Isso não apenas promove a equidade educacional, mas também fortalece a autoestima e o senso de pertencimento dos alunos. Entender que a criança no espaço escolar é produtora de elementos culturais, por sua criatividade e complexidade, é reconhecer o direito que as crianças tem à própria infância pela brincadeira livre, espontânea, sem limitar as crianças na escola ao processo de apropriação de modelos pré estabelecidos.

Diante disso, é crucial que sejam implementadas políticas para capacitar os professores, proporcionando-lhes conhecimentos e ferramentas para lidar de forma adequada e inclusiva com a diversidade cultural e linguística encontrada em sala de aula. Sugerimos desse modo que sejam oferecidos cursos regulares e específicos sobre o tema, estimulando a reflexão sobre a importância da diversidade e as diferentes formas de abordagem pedagógica, que possam ser adotadas no ensino nas turmas do fundamental. Além disso, é muito importante que a gestão das escolas promova ações que valorizem a diversidade cultural e linguística, através de projetos educacionais que busquem a inclusão e o respeito mútuo entre alunos, independentemente de sua origem cultural, fazendo assim o reconhecimento da diversidade, como um elemento enriquecedor do ambiente educacional, podendo contribuir significativamente para a melhoria do aprendizado e do convívio escolar.

A relação entre as culturas e a fonética é muito importante para o desenvolvimento da linguagem nas crianças. Quando as crianças são expostas a diferentes culturas e línguas, elas aprendem a distinguir sons e entonações diferentes, o que pode ajudá-las a desenvolver habilidades de falar e ouvir em diferentes línguas.

Para trabalhar a relação entre as culturas e a fonética nas crianças, pode-se realizar algumas atividades, tais como:

- Leitura de histórias: Ler histórias de diferentes culturas e línguas para as crianças ajuda a expô-las a diferentes sons e entonações da língua. Além disso, as histórias podem incorporar elementos da cultura simbólica, material e popular que possam também serem trabalhados as outras dimensões culturais.

- Cantar músicas populares: A música é uma ótima maneira de expor as crianças a diferentes sons e entonações da língua. As músicas populares de diferentes culturas podem ser ensinadas às crianças para que elas possam ouvir e reproduzir os sons. Além disso, as músicas podem incorporar elementos da cultura popular.

- Fazer brincadeiras de língua: Jogos que envolvam a língua podem ajudar as crianças a desenvolver habilidades fonéticas e de pronúncia. Por exemplo, brincadeiras de rima, caça-palavras, e ditados podem estimular as crianças a brincar com as palavras e os sons.

- Atividades de leitura e escrita: Atividades de leitura e escrita, tais como escrever as próprias histórias, poesias e canções, ajudam as crianças a explorar a linguagem e a desenvolver habilidades de fonética. Além disso, estas atividades podem envolver elementos da cultura material e simbólica, através da escolha de temas para as produções.

Essas atividades podem ajudar as crianças a desenvolver habilidades de comunicação e a apreciar a diversidade cultural, incluindo diferentes culturas, línguas e sons. É importante lembrar que a relação entre as culturas e a fonética é uma via de mão dupla, onde a experiência em outras culturas pode influenciar o modo como se fala e ouve a própria língua materna. Por isso, em cada atividade específica, é importante que o educador consiga se adaptar às necessidades específicas de cada grupo e criança em questão, trabalhando sempre com afeto e empatia, para que os conteúdos possam ser significativos e integrativos no processo de aprendizagem das crianças.

É fundamental que as instituições de ensino desenvolvam políticas linguísticas inclusivas, que valorizem a língua materna dos estudantes e incentivem o aprendizado de outras línguas como forma de ampliar horizontes e promover o diálogo entre culturas. Além disso, é necessário oferecer suporte linguístico para estudantes que não têm o domínio pleno da língua de ensino, garantindo assim que todos tenham

igualdade de oportunidades educacionais. A fala e a linguagem são elementos culturais essenciais na educação, pois carregam consigo as riquezas e particularidades de cada povo, valorizar e respeitar a diversidade linguística é fundamental para promover uma educação inclusiva e garantir que todas as crianças e jovens possam se expressar plenamente, contribuindo, assim, para a preservação e fortalecimento de suas culturas.

Existem diversas abordagens interessantes sobre cultura na educação, são elas:

- Práticas pedagógicas: falar sobre como a cultura pode ser abordada no dia a dia da educação infantil. Como os professores podem incluir brincadeiras, histórias, músicas e danças que reflitam a cultura local e/ou das famílias dos alunos;

- Promoção da diversidade: falar sobre a importância de incluir todos os alunos, independentemente de suas origens culturais ou étnicas. É interessante discutir ações afirmativas para garantir que todas as crianças se sintam acolhidas e representadas;

- Formação contínua: falar sobre a importância de os professores estarem em constante formação, para que possam aprimorar sempre a maneira de incluir a cultura na educação infantil. Discutir a necessidade de cursos específicos voltados para a cultura local, por exemplo;

- Parceria com as famílias: falar sobre a importância de estabelecer uma relação de parceria com as famílias, para que possam compartilhar os conhecimentos e experiências culturais de cada uma. É importante lembrar que cada família tem sua própria cultura, o que é uma grande riqueza a ser explorada;

- Problematização de estereótipos: falar sobre como as crianças absorvem muitos estereótipos culturais, como os de gênero, por exemplo. É importante já desde a educação infantil problematizar esses estereótipos, para que as crianças cresçam mais críticas e conscientes.

Em conclusão, a precarização e esvaziamento na formação inicial e continuada de professores(as) e o reconhecimento insuficiente da diversidade cultural e linguística nas escolas, impacta diretamente no aprendizado dos alunos. A partir do momento em que forem sanadas essas necessidades dentro do ambiente escolar, tornando os educadores capacitados e conscientes da importância da diversidade, poderemos proporcionar um ensino de qualidade, inclusivo e enriquecedor para todos os estudantes. Somente dessa forma poderemos superar as barreiras existentes e construir um futuro mais igualitário e multicultural.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1985;

ANDRÉ, M. E. D. A. *Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional*. Brasília Liber Livros. Acesso em: 02 nov. 2023, 2005;

APPADURAI, A. *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural, Niterói: EDUFF, 2008;

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 1999;

Bagno, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?* São Paulo: Loyola, 2008;

BORDIEU, Pierre. *La distinction*, Ed. Minuit, Paris, 1979;

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996;

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2017;

CARDOSO, João Batista. *O Hibridismo Cultural na América Latina*. Itinerários, Araraquara, n. 27, p.79 - 90, jul./dez. 2008;

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999;

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1993;

FORQUIN, Jean-Claude. *O currículo entre o relativismo e o universalismo*. Revista Educação & Sociedade, Campinas, n.73, dezembro, p.47-70, 2000;

FOUCAULT, Michel. *Soberania e Disciplina* (1976). In: *Microfísica do Poder*, 1999;

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau. Registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1977;

FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné Bissau: Registros de uma experiência em processo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

- Freire, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;
- GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, N. L. (Org.). *Um olhar para além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010;
- HAGÈGE, Claude. *O homem dialógico: contribuição lingüística para as ciências humanas*. Rio de Janeiro: Edições, 1985;
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005;
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011;
- HALL, Stuart. Identity in Question. In: *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press in association with the Open University, p. 274-316, 1992;
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In.: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, p. 103- 133, 2009;
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14.ed. de Barros Laraia. — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001;
- LARAIA, Roque de Barros. 1932- *Cultura: uni conceito antropológico* – 13ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2000; Liber Livro Editora, 2005;
- MANTOAN, M. T. E. (org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2013;
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Língua e cultura*. In: Carlos Eduardo Falcão Uchôa (sel. e introdução.) *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972;
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Lingüística e etnologia. *Revista do Museu Nacional*, 2: 27-31, 1944;
- MUNANGA, Kabengele (Org.). Apresentação. In: MUNANGA, K (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2001.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem*. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, p. 59-73, set.- dez. 1999. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999. Disponível em:

http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_O_LIVEIRA.pdf. Acesso em: 14 out. 2010;

POSSENTI, Sírio. *Sobre o ensino de português na escola*. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática. p. 22-38, 2006.

Rudio FV (2014). *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. (42 ed.). Petrópolis: Vozes. Satyro, N & Soares, S.(2007). *A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005*. Brasília: IPEA Soares Neto et al(2013). *Uma escala para medir a infraestrutura escolar*. *Estudos em Avaliação Educacional*, 24(54), 78-99. Recuperado em 13 de maio de 2020, de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>. Acesso em 20 de Junho de 2023.

Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação do Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ensino de primeira a quarta série. I. título*. Brasília: MEC/SEF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 02 de Janeiro de 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011;